

# SUMÁRIO

.....

## Capítulo 1

DEFENSORIA PÚBLICA: HISTÓRICO, AFIRMAÇÃO E NOVAS PERSPECTIVAS.....	31
--	----

Victor Hugo Siqueira

1. Introdução.....	31
2. Acesso à Justiça.....	33
3. Histórico da Assistência Jurídica Gratuita no Brasil.....	37
3.1. Da evolução dos instrumentos jurídicos garantidores do acesso à justiça gratuito no âmbito brasileiro.....	38
3.2. A constitucionalização do modelo de assistência jurídica estatal gratuita e a previsão da Defensoria Pública como instituição responsável pela sua efetivação.....	46
4. A Defensoria Pública e o Modelo Público Brasileiro de Assistência Jurídica Integral e Gratuita.....	48
4.1. A Defensoria Pública como instituição estatal autônoma..	49
4.2. Funções institucionais da Defensoria Pública: um renovado perfil a partir do seu reconhecimento como expressão e instrumento do regime democrático.....	51
4.3. Defensoria Pública e o acesso à justiça no Código de Processo Civil de 2015.....	56
4.4. Defensoria Pública e o desenvolvimento de novas vertentes de atuação.....	58
5. Considerações Finais.....	61
6. Referências bibliográficas.....	62

## Capítulo 2

## A DEFENSORIA PÚBLICA COMO CLÁUSULA PÉTREA ..... 65

Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho e Maurilio Casas Maia

1. Introdução..... 65
2. Classificação das Constituições segundo o critério da sua Mutabilidade ..... 67
3. Reforma Constitucional ..... 71
  - 3.1. Poder de reforma ordinário ou permanente: as emendas constitucionais ..... 72
  - 3.2. Poder de reforma extraordinário ou transitório: a revisão constitucional..... 73
4. Limites ao Poder de Reforma Constitucional ..... 76
5. Conteúdo da expressão “direitos e garantais individuais” (art. 60, § 4º, inciso IV, CF): definição do alcance da cláusula pétrea..... 78
6. A Defensoria Pública como limitação material à competência reformadora da constituição..... 80
7. Considerações Finais ..... 88
8. Referências bibliográficas ..... 90

## Capítulo 3

## A DEFENSORIA PÚBLICA COMO ATOR POLÍTICO: CAUSAS, FUNDAMENTOS E EFEITOS..... 95

Elisa Cruz

1. Introdução..... 95
2. A separação de poderes: teorias clássicas e suas atualizações em Loewenstein..... 96
3. A Posição da Defensoria Pública na Organização Estatal..... 100
4. Sobre os efeitos da ascensão da Defensoria Pública à categoria de instituição política..... 103
5. Conclusão ..... 112
6. Referências bibliográficas ..... 112

## Capítulo 4

A TEORIA DAS ELITES E O SISTEMA DE JUSTIÇA: O ESTADO DEFEN- SOR E O COMBATE AOS RISCOS DO EFEITO MEDUSA, DA NECRO- POLÍTICA, DO NECRODIREITO E DA NECROÉTICA – POTENCIAIS E GARANTIAS (UMA INTRODUÇÃO).....	115
--	-----

Maurilio Casas Maia

1. Introdução.....	116
2. Teoria das Elites: uma breve introdução.....	118
3. A proteção coletiva das minorias e vulneráveis via Sistema de Justiça.....	123
3.1. O Judiciário como intérprete e função contramajoritá- ria: inércia e imparcialidade.....	124
3.2. O Ministério Público e a proteção dos vulneráveis: poten- ciais e limites do fiscal da ordem jurídico-democrática .....	126
3.3. A Defensoria Pública como instrumento de inclusão solidarista e emancipatória dos segmentos sociais vul- neráveis.....	128
3.3.1. A Defensoria Pública e a herança do Tribuno da Plebe: sobre o combate ao Necrodireito, à Ne- croética e à Necropolítica.....	130
4. Algumas garantias jurídico-políticas (ainda) controversas dos defensores dos direitos humanos e necessidades sociais. 133	
4.1. Inamovibilidade reforçada [Vitaliciedade?] .....	134
4.2. Foro por prerrogativa de função defensorial: norma político-organizacional (CRFB, art. 125, § 1º) compa- tível com o modelo público-defensorial (múltipla com- patibilidade) e enfraquecedora de ataques políticos via ações criminais das elites.....	141
4.3. Potencial agente político em sentido estrito: via alter- nativa à busca da satisfação das necessidades do povo... 151	
5. Conclusões .....	153
6. Referências bibliográficas .....	155

## Capítulo 5

## CONTRAPODER: O DEVER DA DEFENSORIA PÚBLICA BRASILEIRA ..... 161

Daniel Lozoya Constant Lopes

1. Da resignificação: a jovem instituição do sistema de justiça em transformação ..... 161
2. Expressão e Instrumento do regime democrático: a dimensão substantiva da democracia e o papel da Defensoria Pública como instituição de garantia ..... 164
3. Da problematização: do histórico déficit democrático e a operatividade concreta das instituições do sistema de justiça na América Latina: o estado de exceção como regra para os oprimidos ..... 168
4. A presença do Estado de Exceção como paradigma de governo no interior das rotinas democráticas e a sua legitimação pela Jurisdição e o Estado Pós-democrático ..... 170
5. Da Teoria dos Contrapoderes ..... 174
6. Do caráter contramajoritário e contra-hegemônico do mandato constitucional da Defensoria Pública ..... 176
7. Conclusão ..... 183
8. Referências bibliográficas ..... 184

## Capítulo 6

## DEFENSORIA PÚBLICA: EXPRESSÃO E INSTRUMENTO DO REGIME DEMOCRÁTICO – ALGUMAS DIMENSÕES ..... 187

Maurilio Casas Maia e Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho

1. Introdução ..... 188
2. Regime democrático: definição ..... 188
3. Instrumentos de exercício da democracia ..... 191
  - 3.1. Voto ..... 192
  - 3.2. Plebiscito e referendo ..... 193
  - 3.3. Iniciativa popular ..... 193
  - 3.4. Participação popular na administração pública ..... 195

3.5. Legitimidade para instaurar controle abstrato de constitucionalidade .....	197
3.6. Ação popular .....	197
3.7. Outros instrumentos .....	198
4. A Defensoria Pública como expressão e instrumento do regime democrático .....	199
4.1. <i>Custos Vulnerabilis</i> (MAIA) – um instrumento defensivo-emancipador dos vulneráveis.....	201
4.2. Defensor Hermes (GERHARD) e anfíbio (SEMER): criando pontes, transitando entre mundos e traduzindo mensagens.....	205
4.3. <i>Amicus Communitas</i> (GERHARD): o elo comunitário e defensivo .....	207
4.4. <i>Custos et Amicus Plebis</i> (ZUFELATO): instrumental de inclusão juspolítica e processual.....	208
4.5. Outras dimensões instrumentais: <i>Custos Humanus</i> (ESTEVES & SILVA), <i>Custos Libertatis</i> (PAIVA), <i>Amicus Dignitatis</i> Penal (TRAVESSA) e <i>Amicus Democratiae</i> (ROCHA) .....	209
5. Conclusões .....	211
6. Referências bibliográficas .....	211

## Capítulo 7

DISTINÇÃO CONCEITUAL ENTRE VULNERABILIDADE E HIPOSSUFICIÊNCIA NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO.....	215
---	-----

Fernanda Tartuce e Roger Moreira de Queiroz

1. Introdução.....	215
2. Vulnerabilidade: noções conceituais .....	216
2.1. Acepções do vocábulo .....	218
2.2. Vulnerabilidade e Direito .....	221
3. Tradição brasileira no uso do termo hipossuficiência.....	222
3.1. Insuficiência econômica .....	226

4.	Assistência Jurídica Integral e Gratuita: do hipossuficiente ao vulnerável .....	227
5.	Conclusões .....	233
6.	Referências bibliográficas .....	234

## Capítulo 8

DEFENSORIA PÚBLICA E LEGITIMIDADE SOCIAL DO DIREITO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO E DA PARIDADE PARTICIPATIVA NA TUTELA DE GRUPOS VULNERÁVEIS.....	237
---	-----

Cristian Patric de Sousa Santos e Ricardo Maurício Freire Soares

1.	Introdução.....	237
2.	Direito, luta pelo reconhecimento e paridade participativa: uma breve análise em Axel Honneth e Nancy Fraser .....	239
3.	Construção de narrativas emancipatórias e a legitimação social do direito pela tutela de grupos vulneráveis .....	244
4.	A Defensoria Pública e a legitimação social do direito através da paridade participativa .....	247
5.	A Defensoria Pública como via institucional de penetração argumentativa dos grupos vulneráveis aos sistemas judiciais. 251	
6.	Considerações Finais .....	254
7.	Referências bibliográficas .....	256

## Capítulo 9

DESIGUALDADE E ACESSO À JUSTIÇA: LINHAS GERAIS DE UMA ATUAÇÃO POLÍTICA DA DEFENSORIA PÚBLICA .....	257
--	-----

Thales Alessandro Dias Pereira

1.	Introdução.....	257
2.	Acesso à justiça e desigualdade.....	258
3.	Linhas gerais de uma atuação política da Defensoria Pública. 263	
3.1.	Promoção de direitos e interesses na seara política.....	264
3.2.	Transferência de capital cultural e simbólico .....	267

4. Conclusão .....	269
5. Referências .....	270

## Capítulo 10

A DEFESA PÚBLICA NA CONTEMPORANEIDADE: <i>CUSTUS VULNERABILIS</i> E <i>INDEPENDENT PRO-ACCOUNTABILITY AGENCY (IPA)</i> , O CASO DOS MIGRANTES VENEZUELANOS EM MANAUS-AM .....	273
---	-----

Messi Elmer Vasconcelos Castro e Dorinethe dos Santos Bentes

1. Trajetória histórica da Defesa Pública e o modelo adotado no Brasil .....	274
2. A Defesa Pública e o atendimento aos refugiados venezuelanos em Manaus: Primeiras Observações .....	276
3. Possibilidades de enfrentamento e renovação da abordagem político-criminal .....	279
4. A defesa Pública como reconhecimento do outro: um olhar a partir da hospitalidade .....	283
5. A Defesa Pública como <i>Independent Pro-Accountability Agency</i> : Proatividade e Democratização do <i>Custus Vulnerabilis</i> .....	287
6. Ambiente Cosmopolita e o exercício de Direitos Individuais .....	293
7. Considerações Finais .....	295
8. Referências bibliográficas .....	297

## Capítulo 11

EXPRESSÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO: A DEFENSORIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO CONSTITUCIONAL PARA SUPERAÇÃO DO AUTORITARISMO ESTRUTURAL .....	301
--	-----

Ígor Araújo de Arruda

1. Introdução .....	301
2. Desenvolvimento .....	305
2.1. Autoritarismo estrutural como política de Estado e nas relações privadas: estamos com passagem só de ida? ...	305
2.2. Contribuição das Defensoria Pública no enfrentamento e na superação do autoritarismo estrutural .....	320

3.	Considerações Finais.....	325
4.	Referências bibliográficas .....	327

## Capítulo 12

A CORRUPÇÃO E A IMPROBIDADE LESIVAS AOS DIREITOS HUMANOS DAS COLETIVIDADES NECESSITADAS VULNERABILIZADAS E A LEGITIMIDADE INSTITUCIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA .....	329
---	-----

Helom César da Silva Nunes e Maurilio Casas Maia

1.	Introdução.....	329
2.	A assistência jurídica gratuita: o acesso à justiça como direito fundamental e efetivador dos direitos humanos.....	331
2.1.	A Defensoria Pública pós-Constituição de 1988 .....	332
2.2.	Autonomia administrativa e organizacional: O querer do constituinte e razões de reconhecimento à Defensoria Pública .....	337
2.3.	A legitimidade coletiva da Defensoria Pública: do ordenamento jurídico à jurisprudência dos tribunais superiores .....	341
2.4.	A lesão da corrupção aos necessitados e a legitimidade coletiva da Defensoria Pública para ações de combate à corrupção.....	344
2.4.1.	Um pouco do cenário jurisprudencial.....	351
3.	Notas conclusivas .....	354
4.	Referências bibliográficas .....	355

## Capítulo 13

O MODELO CONSTITUCIONAL DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA (DEFENSORIA PÚBLICA) E O SISTEMA FEDERATIVO: O CASO DA ADPF N. 279.....	359
---	-----

Maurilio Casas Maia

1.	Introdução.....	359
2.	Os necessitados e sua assistência jurídica nas onstituições do Brasil.....	362

2.1. A Defensoria Pública brasileira .....	368
2.1.1. A origem do modelo constitucional de assistência jurídica (Defensoria Pública): Procuratura de Justiça por defesa pública – a simetria com a acusação pública .....	368
2.1.2. A Defensoria Pública como garantia institucional e os defensores públicos como agentes políticos de transformação social .....	375
3. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 279 .....	377
4. Notas Conclusivas .....	383
5. Referências bibliográficas .....	386

#### Capítulo 14

ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E DEFENSORIA PÚBLICA: DO SUBFINANCIAMENTO ORÇAMENTÁRIO À VIOLAÇÃO DO INCISO LXXIV DO ART. 5º E DO ART. 134 DA CONSTITUIÇÃO .....	391
--	-----

Raquel El-Bachá Figueiredo

1. Introdução .....	391
2. O Estado de Coisas Inconstitucional e a ADPF n. 347 .....	392
3. A Defensoria Pública, o Acesso à Justiça e a Assistência Jurídica Gratuita na Constituição Federal de 1988 .....	399
4. O mapa da Defensoria Pública e o subfinanciamento: a violação do acesso à justiça .....	406
5. Considerações Finais .....	414
6. Referências bibliográficas .....	415

#### Capítulo 15

CONTRIBUIÇÕES DO NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO PARA ATUAÇÃO DEMOCRÁTICA DA DEFENSORIA PÚBLICA .....	421
--	-----

Camila Cortes Rezende Silveira Dantas

1. Introdução .....	421
2. O novo constitucionalismo latino-americano .....	424

---

3.	Filosofia da Libertação como substrato teórico-filosófico do novo constitucionalismo latino-americano.....	427
4.	O papel da Defensoria Pública como instrumento e expressão do regime democrático .....	429
4.1.	Atuação defensorial amparada no novo constitucionalismo latino-americano .....	431
5.	Conclusão .....	436
6.	Referências bibliográficas .....	437
	POSFÁCIO .....	439